



# Anais da Assembléia

N.º 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 164.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 183/76, Mensagem número 47/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de General Carneiro, objetivando ampliação de prédio da Casa Escolar "Pedro Araújo Neto", na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/76. Levanta-se a sessão.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 165.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

### EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

Mensagem 109/76

Curitiba, 02 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1976, ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR com o município de NOVA LONDRINA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem 110/76

Curitiba, 02 de setembro de 76.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 5 de maio de 1976, ao Convênio celebrado em 25 de setembro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR com o município de FAXINAL, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.**

Mensagem 111/76

Curitiba, 02 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado e o município de JANIÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Mensagem 112/76

Curitiba, 02 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de RESERVA, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Mensagem 113/76

Curitiba, 02 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de

Convênio celebrado em 21 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR com o município de NOVA CANTU, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.**

Mensagem 114/76

Curitiba, 02 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios celebrados com os Municípios abaixo especificados, objetivando a construção, em suas sedes, de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública:

Município	Data do Aditivo	Data do Convênio
Salto do Lontra	30-06-76	09-09-75
Porecatu	30-06-76	25-08-75
Tamboara	07-07-76	25-11-74

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

**À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.**

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 40.º aniversário de criação do Colégio Mãe de Deus, da cidade de Londrina.

Criado logo após a fundação de Londrina, o Colégio Mãe de Deus conta atualmente com cerca de mil alunos, ministrando o ensino desde o pré-primário, o 1.º grau com as oito séries fundamentais, o 2.º grau, até o magistério e cursos técnicos de enfermagem, documentação médica e instrumentista musical.

É inegavelmente um estabelecimento de notável tradição a cujo crescimento tem acompanhado a pujança da cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1976.

(a) Dácio Leonel.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A cidade de PONTA GROSSA registra a 15 de setembro próximo o 153.º Aniversário de sua fundação.

Para comemorar tão grata efeméride, expressivas solenidades estão programadas para aquela data.

O DEPUTADO que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta PRESIDÊNCIA, com a

devida aprovação do Plenário, designe uma Comissão de integrantes desta Casa para representá-la nas solenidades referidas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1976

(a) David Federmann.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência qua após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Hercílio Oliveira Araújo, DD. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências para regularização dos serviços de rede de água e esgotos na cidade de Palmeira, bem assim quanto à conclusão da referida obra nos seus diversos bairros, cujos serviços, iniciados e interrompidos, está essa paralisação causando sérios transtornos à população que, inclusive, já efetuou as ligações nas suas residências, procedendo, alguns, a eliminação de seus poços e agora se vêem na contingência de recorrer a outros meios para se ver abastecida de água.

Convém ressaltar, que a obra ora reclamada haveria de estar concluída, segundo os termos do contrato, há mais de um ano, posto que a sua assinatura já vai para mais de dois anos, quase três, sendo que a firma empreiteira apenas iniciou os serviços e os abandonou, causando ainda uma série de problemas nas ruas da cidade.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1976.

(a) Lineu Turra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja usar da palavra? (Declina)

A Mesa consulta a Liderança da Arena se deseja usar da palavra? (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 104/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 76/76, Mensagem número 18/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, objetivando o estudo das alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais para a Indústria Madeireira do Paraná. Parecer favorável da CCJ., por maioria. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 111/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 199/76, Mensagem número 59/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, projetos de assistência técnica, que especificam. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 164/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 231/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar DUQUE

DE CAXIAS. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 193/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 232/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de DOIS VIZINHOS, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Dois Vizinhos, do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 108/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 190/76, Mensagem número 50/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o município de Corbélia, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 109/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 192/76, Mensagem número 52/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, e o município de Medianeira, com objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 110/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 195/76, Mensagem número 55/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 112/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 193/76, Mensagem número 53/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com o município de Realeza, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 113/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 209/76, Mensagem número 61/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Palmital, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 113/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo Aditivo de 3 de maio

de 1976, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Palmital, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 209/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental número 61/76, de 5 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo de 3 de maio de 1976, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Palmital, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 114/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 213/76, Mensagem número 65/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Alto Piquiri, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 114/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 9 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO NÚMERO 213/76.

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental número 65/76, de 5 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 9 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 115/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 214/76, Mensagem número 66/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 115/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 9 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO NÚMERO 214/76.

PARECER

A presente Proposição número 214/76, oriunda da Mensagem Governamental número 66/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio celebrado, temos que o mesmo vem de encontro aos interesses do Estado, em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 116/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 219/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Antônio Olinto, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 116/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Antônio Olinto, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do Funrespol e verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO Presidente; LINEU TURRA, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 219/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 70/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Antônio Olinto, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 117/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 221/76, Mensagem número 70/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 117/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 221/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 70/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da

matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 180/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública, à FRATERNIDADE FEMININA DE CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN" da cidade de Iporã. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 180/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — É declarada de utilidade pública à FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN" de Iporã - PR.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente plano de lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, conforme estatutos anexos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 180/75

De autoria do nobre Deputado Ernesto Gnoato, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul "Anacreonte Vieira Bodevan", de Iporã — Paraná.

Pelos documentos anexos, verifica-se que a entidade acima aludida presta, inegavelmente, relevantes serviços à sua comunidade. Os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, não visa a mesma lucros ou dividendos, preenchendo, assim, todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada existe que possa oferecer obstáculo a que seja concretizada esta declaração de utilidade pública.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 40º aniversário de criação do Colégio Mãe de Deus, da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido sejam tomadas providências para regularização dos serviços de rede de água e esgotos na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja designada uma comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa nas solenidades do 153º aniversário de fundação da cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados David Federmann, Luiz Carlos Zuk e Werner Wanderer para comporem a referida Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 108/76, 109/76, 110/76 e 112/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 113/76, 114/76, 115/76, 116/76, 117/76 e de Lei número 180/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 119/76, 120/76, 121/76, 122/76 e 123/76.

Levanta-se a sessão.

**PORTARIAS:**

**PORTARIA Nº 496/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7751, de 31 de agosto de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

JOSINA PEREIRA JANJÃO - Mat. nº 157 - OL PL "18";

HONORIA CORDEIRO - Mat. nº 201 - ASG - PL "15";

ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA - Mat. nº 225 - APC PL "14".

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 497/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7773, de 01 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder, a GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 23 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 498/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7775, de 01 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 499/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7673, de 30 de agosto de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, ROSI MARIA ALBINI MACHADO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado WILSON FORTES, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 20 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 500/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7830, de 02 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

antecipar, para a partir de 01 de setembro de 1976, as férias concedidas pela Portaria número 01/76, de 05 de janeiro de 1976, à funcionária MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula número 158, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 501/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7796, de 01 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, MATHILDE POSSIDENTE BERTONI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 16 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 502/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7882 e 7914, de 09 e 10 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a OSWALDO ALENCAR FURTADO, ocupante do

cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 01 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 503/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7595, de 25 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a Portaria número 103/75, de 25 de março de 1975, na parte que se refere a designação do funcionário MERCHID BELICH FILHO, matrícula número 267, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de setembro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 575/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2561, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar ao acervo de serviço público de CLARICE SZATKOVSKI, matrícula número 468, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de haver completado em 16 de maio de 1967, dez (10) anos de serviço público sem se afastar do exercício de suas funções.

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 16 de dezembro de 1975, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, que somado ao anteriormente concedido perfaz um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02/09/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 576/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6314, de 14 de julho de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742,

de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO MARTINS ANIBELLI, matrícula número 114, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 16 de dezembro de 1970 e 16 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02/09/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 577/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7486, de 23 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUIZ ANTÔNIO CARON, matrícula número 301, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 17 de setembro de 1962 e 17 de setembro de 1971, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1965, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970, contadas em dobro;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 17 de setembro de 1971 e 17 de janeiro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III — acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 19 de janeiro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09/09/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 578/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6115, de 06 de julho de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, de MARLENE DE BRITO PER-  
RONE, matrícula número 222, ocupante do cargo de nível PL  
"17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do  
Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pes-  
soal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06)  
meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem  
direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de  
suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido  
entre 28 de janeiro de 1968 e 28 de maio de 1972, antecipado  
em razão da incorporação correspondente ao primeiro quin-  
quênio e das férias correspondentes ao ano de 1971, contadas  
em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus  
vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir  
de 27 de março de 1976, data em que completou quinze (15)  
anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais,  
perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09/09/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 579/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-  
LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-  
ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob  
o número 6260, de 12 de julho de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos  
do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970,  
ao acervo de serviço público de GIOACCHINO SUGAMOSTO,  
matrícula número 549, ocupante do cargo de nível PL "19",  
da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo  
Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Se-  
cretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, corres-  
pondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em vir-  
tude de não se haver afastado do exercício de suas funções du-  
rante o primeiro quinquênio, compreendido entre 29 de janeiro  
de 1963 e igual data de 1968; e,

III — conceder licença especial de três (03) meses, de acordo  
com o parágrafo único, do Art. 247, da mesma Lei, em virtude  
de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o  
segundo quinquênio, compreendido entre 29 de janeiro de  
1968 e 29 de julho de 1972, antecipado em razão da incorpo-  
ração correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09/09/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 580/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-  
LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-  
ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob  
o número 7192, de 13 de agosto de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

designar, MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA  
XAVIER, matrícula número 490, ocupante do cargo de nível  
PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo  
Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria  
desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de  
Gabinete da Liderança do MDB (Movimento Democrático  
Brasileiro), percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a

partir de 31 de agosto de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/09/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

## ATAS DAS COMISSÕES:

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos três dias do mês de agosto de um mil novecentos e  
setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão  
Plenária, reuniu-se o Senhor Presidente da Comissão de Finan-  
ças, Deputado Quielse Crisóstomo e os Senhores Deputados,  
Membros da referida Comissão. Como não houvesse matéria a  
ser relatada, o Senhor Presidente suspendeu a reunião. Nada  
mais havendo a tratar, eu Teresinha B. de Moura e Claro lavrei  
a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será  
assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para  
que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de um  
mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comis-  
sões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças,  
sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo e  
contando com a presença dos Senhores Deputados Benedito  
Lúcio Machado, Gabriel Manoel e Gilberto Carvalho. Como  
nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do  
Dia, quando foi relatado o seguinte projeto de lei: PROJETO  
DE LEI Nº 77/76, de autoria do Senhor Deputado Valter  
Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano  
Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias,  
a rodovia que liga os municípios de Planaltina e Santa Isabel  
do Ivaí. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável -  
aprovado. Nada mais havendo a tratar, eu Teresinha B. de Moura  
e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada  
conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim  
Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

### COMISSÃO ESPECIAL DO "ESTATUTO DO MAGISTÉRIO" 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Aos dezenove dias do mês de agosto de um mil nove-  
centos e setenta e seis, às nove e trinta horas, na Sala de Reu-  
niões, reuniu-se a Comissão Especial de Estudo do "ESTA-  
TUTO DO MAGISTÉRIO", sob a Presidência do Deputado  
Jorge Sato, registrando-se ainda a presença dos Senhores Depu-  
tados Muggiati Filho e Gilberto Carvalho. Havendo número  
legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, fazendo a  
apresentação das Professoras Ivete Cardoso de Almeida, Gilda  
Evelina Riegler, componentes da Comissão de Elaboração do  
Anteprojeto do Estatuto do Magistério e Lindamir P. de Freitas,  
do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educa-  
ção e Cultura, que gentilmente acederam ao convite desta Co-  
missão, para prestarem esclarecimentos sobre importantes tópi-  
cos da matéria em pauta. A Professora Ivete agradece o convite e  
diz estar, bem como suas companheiras, à disposição dos Senho-  
res Deputados, para os informes necessários. O Deputado Gil-  
berto Carvalho indaga sobre os três itens que considera de maior

importância, a saber: quadro de classificação, carga horária e situação do professor licenciado sem curso de filosofia. A professora Ivete em brilhante explanação, discorreu sobre os itens questionados. Os debates prosseguiram em alto nível entre todos os participantes da reunião, ficando esclarecidos todos os pontos considerados obscuros. O Deputado Jorge Sato, diz que o Poder Legislativo envidará todos os esforços para apreciar e aprovar o Estatuto do Magistério até o dia quinze de outubro próximo, data consagrada ao Professor. A Professora Ivete sugere que, após a apresentação das Emendas de plenário, seja convocada nova reunião com a participação dos representantes de classe do magistério, para que, em conjunto, debatam novamente sobre o tema. O Deputado Muggiati acha a idéia interessante, pois com essa medida serão evitadas prolongadas discussões em Plenário. A sugestão foi aprovada. Encerrando, o Deputado Jorge Sato agradeceu em seu nome e no de seus pares, a presença das ilustres professoras, esperando poder contar com a mesma colaboração em outra oportunidade. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária. ....

Curitiba, 20 de agosto de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

**CIPÍ PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS  
PELO GOVERNO DO ESTADO,  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM  
DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE**

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezoito de agosto de hum mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os Srs. Deputados Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Ivo Thomazoni, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos de Oliveira e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com divulgação e Publicidade. A ata da reunião anterior é aprovada sem observações. A seguir o Sr. Presidente solicita a leitura do ofício do Sr. João Milanez, Diretor da Folha de Londrina que solicita transferência para outra data o seu depoimento. O Sr. Presidente despacha-o favoravelmente e posteriormente designará nova data para ser ouvido e comunica que recebeu expediente do Exmo. Sr. Primeiro Secretário desta Casa, lido na reunião anterior, cuja apreciação ficou para esta data, mas considerando que o Sr. Roaldo Koehler, Diretor do Jornal "A Voz do Paraná", acha-se presente, deixa a discussão do mesmo para o final da reunião, concedendo a palavra ao depoente. O Sr. Roaldo A. Koehler, após prestar o juramento, discorre brevemente sobre a posição do jornal historiando o seu papel desde a fundação. Após a explanação é inquirido pelos Srs. Deputados Lineu Schwartz, tendo declinado os Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso e Adalberto Daros. A seguir o Sr. Presidente concede a palavra ao Deputado Osvaldo Macedo, que faz inquirições ao depoente. Como ninguém mais desejasse fazer perguntas ao depoente, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Roaldo A.

Koehler, e suspende os trabalhos para que os Srs. Deputados possam acompanhá-lo. Reabertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicita a leitura do requerimento encaminhado à Presidência pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso que requer: 1. — Distribuição de cópias aos Deputados, da documentação enviada à CPI pelo Governo do Estado; 2. — desconvocação das testemunhas ainda não ouvidas; 3. — designação da data do dia 15 de setembro para a apreciação dos documentos enviados. O Sr. Presidente coloca o requerimento em discussão. Debatem o mesmo os Srs. Deputados Trajano Bastos, Deni Schwartz, Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso e Werner Wanderer. O Sr. Deputado Deni Schwartz, solicita a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, para que os membros da CPI possam inteirar-se do teor do requerimento do Deputado Basílio Zanusso. Reabertos os trabalhos voltam a debater o requerimento o Deputado Trajano Bastos, apelando ao autor para que retire o item II do requerimento, bem como os Deputados Adalberto Daros e Basílio Zanusso, este defendendo seu requerimento. Pela ordem o Sr. Deputado Trajano Bastos interroga, se uma vez aprovado o requerimento do Deputado Basílio Zanusso, não haverá interrupção dos trabalhos da CPI. O Sr. Presidente responde que não, pois os trabalhos continuarão com o estudo da documentação enviada pelo Poder Executivo. Posto em votação o requerimento, registra-se empate. O Sr. Presidente desempata, com voto de qualidade, a favor da aprovação do mesmo. O Sr. Deputado Adalberto Daros com a palavra inicialmente faz comentários sobre a CPI e posteriormente solicita que seja discutido o seu requerimento, votado em Plenário e encaminhado à esta Comissão. O Sr. Presidente não aceita as alusões à CPI, e quanto ao expediente, a Presidência recebeu como sugestão e coloca para julgamento dos Srs. Deputados. Com a palavra, o Sr. Deputado Adalberto Daros para dizer que ele não sugeriu, mas requereu. O Sr. Deputado Ivo Thomazoni diz que esta Comissão traçou normas para convocar Secretários e quanto ao Requerimento do Deputado Adalberto Daros, nem sequer consta a palavra "convocação", e que a iniciativa deverá partir desta Comissão. O Sr. Presidente põe em votação a matéria encaminhada à CPI pela Primeira Secretaria. Pela ordem o Sr. Deputado Adalberto Daros, requer verbalmente a convocação do Exmo. Sr. Secretário dos Transportes. O Sr. Presidente solicita que o requerimento seja encaminhado por escrito e esclarece que será votado na próxima reunião de acordo com a praxe da CPI. O Sr. Presidente propõe a suspensão dos trabalhos por três (03) minutos, para que o Sr. Deputado possa redigir o requerimento. Reabertos os trabalhos o Sr. Presidente registra o recebimento do requerimento que será discutido e votado na próxima reunião da Comissão. Como nada mais houvesse para ser debatido, o Sr. Presidente encerra a presente reunião, convocando outra para o dia 15 de setembro à hora regimental. Da presente reunião, para constar, eu, Francisco Dranka lavrei a presente Ata, que é integrada pelas notas taquigráficas que após lida e aprovada, vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais membros da Comissão. ....

(aa) DÁCIO LEONEL — Presidente

Francisco Dranka — Secretário